

Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos Sociais e Participação Social)

**Relações entre Estado e movimento social: a criminalização
das ocupações estudantis**

Andressa Kolody¹
Rudy Heitor Rosas²

Resumo: Este artigo aborda as relações entre Estado e movimento estudantil a partir das ocupações estudantis no período entre 2015 e 2016. As reflexões compõem os resultados parciais do Trabalho Monográfico que está sendo elaborado no Curso de Direito. Considerando se tratar de um fenômeno recente, o caminho escolhido foi o da pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica e a análise documental. Até o momento, a pesquisa demonstrou que a atuação do sistema político brasileiro revela estruturas enraizadas de hierarquização e de sedução pela autoridade que criminaliza as lutas sociais.

Palavras-chave: Estado; Movimento Social; Secundaristas; Criminalização.

Abstract: This article discusses the relations between State and student movement from the student occupations in the period between 2015 and 2016. The reflections compose the partial results of the Monographic Work that is being elaborated in the Course of Law. Considering that this is a recent phenomenon, the path chosen was that of the exploratory qualitative approach. The methodological procedures adopted were the bibliographic review and the documentary analysis. So far, research has shown that the performance of the Brazilian political system reveals structures rooted in hierarchy and seduction by the authority that criminalizes social struggles.

Keywords: State; Social movement; Secondaries; Criminalization.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação é um modo de estruturação de ação coletiva, amplamente difundida entre os diferentes movimentos sociais e bastante utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Mas no período entre 2015 e 2016 essa estratégia passou a ser utilizada pelos/as estudantes secundaristas brasileiros. Segundo Gohn (2017), as ocupações abrem o 7º ciclo dos movimentos estudantis, iniciado na década de 1960. Inspirados no

¹Academica do 9º período de Direito. Centro Universitário Campo Real, andressakolody@yahoo.com.br

² Professor de Criminologia e Prática Penal, Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real e Advogado Criminalista. Doutorando em Direito (UFPR) e Doutorando em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), prof_rudyrosas@camporeal.edu.br.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimento Estudantil de Santiago no Chile – “Revolta dos Pinguis”, que em 2006 levou milhares às ruas e nas ocupações que ocorreram no Chile e Argentina na década de 2010.

A irrupção do novo ciclo de protestos de jovens estudantes secundaristas da escola pública inicia com a ocupação de mais de 200 escolas, durante 60 dias em São Paulo em 2015 e é retomada por 200 estudantes, em 03 de outubro de 2016, no Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen em São José dos Pinhás, Curitiba, estado do Paraná. Segundo o movimento Ocupa Paraná e os autores Prates, Ruggi, Silva e Machado (2017), a ocupação se espalhou por 850 escolas, 7 Universidades sendo 14 locais e 3 Núcleos Regionais de Educação, perfazendo 39,5% das escolas da rede estadual de ensino no estado (2.147). Esses quantitativos fizeram do Paraná o estado com maior número de ocupações do país (90%).

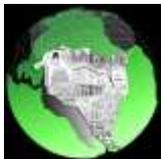
As ocupações alcançaram 1.100 escolas estaduais. De acordo com Chauí (2017), a Primavera Secundarista aconteceu, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e no Paraná.

Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro de 2016, 164 campi universitários e mais de mil escolas e institutos federais estavam ocupados (ver Mariana Tokarnia – Repórter da Agência Brasil. Brasília, 26 out. 2016). Conforme a Ubes, ao todo, estavam ocupados no final de outubro de 2016, 995 escolas e institutos federais, 73 campi universitários, três núcleos regionais de educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totaliza 1072 locais. O estado do Paraná concentrava o maior número de ocupações. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 48; Rio Grande do Sul, com 3; Goiás e Rio Grande do Norte, com nove cada, conforme dados dos estudantes. (GOHN, 2017, p. 100)

Apesar de cada estado ter pautas específicas sobre a relação de seus governos com a educação, a exemplo de São Paulo com o Plano de Reorganização (2015), do Paraná que adotou medidas de austeridades para a área, é a Medida Provisória nº 746/2016, atualmente Lei nº 13.415, e a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/55, convertida em Emenda nº 95 que estabelece um teto para investimentos em políticas sociais por 20 anos, aprovadas após o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, que impulsiona a mobilização dos estudantes por vários estados.

De acordo com um dos estudantes paranaense, ‘[...] a PEC do teto de gastos e a MP da reforma do ensino médio, ambas do governo federal, “só vieram somar às centenas de dificuldades impostas na educação do estado’, diz o texto publicado na página do movimento. (FREY, 2016). Em entrevista concedida a Gazeta do Povo, especialistas afirmam que a memória da violência de 29 de abril de 2015³, a atuação do sindicato dos professores e a

³ Para maiores informações ver (ASSAD, 2016); (GAZETA DO POVO, 2016).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

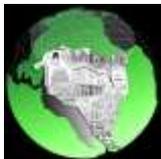
postura do governo estadual são alguns dos aspectos que favoreceram o crescimento das manifestações. Nas palavras de uma das estudantes: “Depois do 29 de abril [...], ficou mais patente a necessidade de resistir aos desmontes da educação pública e dos direitos da juventude no país. [...]”. (RUY, s/d).

Soma-se a isso a Escola sem Partido, idealizada por Miguel Nagib, e convertido no Projeto de Lei n. 193/2016 pelo senador Magno Malta do Partido da República (PR-ES), que teve como objetivo incluir o “Programa Escola sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB), e foi proposta em 11 estados do país. Segundo Gohn (2017), a proposta provocou debates na comunidade escolar, acadêmica e não acadêmica, e foi pauta dos/as estudantes secundaristas durante a ocupação. Podemos dizer que as ocupações instauram um conflito, que é mais do que um confronto de interesses, pois abre a polêmica sobre o poder e a democracia.

Entretanto, as práticas institucionais adotadas pelo Estado diante do dissenso foram significativamente violentas. Embora não se trate de uma situação isolada e nem nova, em algum momento, essas práticas começaram a recrudescer e, se tornaram explícitas, naturalizadas e admitidas socialmente, como no caso da mobilização dos secundaristas. Entendemos que desde as jornadas de junho de 2013 no Brasil, essa tendência vem sendo acompanhada do aprimoramento de mecanismos estatais, de modo que a resposta ao exercício do direito de resistência tem se tornado cada vez mais ofensiva, mobilizando a um só tempo o poder Executivo, o Legislativo e o Sistema de Justiça.

2. ESTUDANTES EM MOVIMENTO

A ocupação dos secundaristas nasce sob críticas as instâncias de representação estudantil – União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) porque em muitos estados, estas não colocaram sua força a serviço da luta dos estudantes, tendo em vista seu potencial para unificação nacional do movimento. Exemplo disso ocorreu em Porto Alegre, após a ocupação da Assembleia Legislativa, quando UJS, Juntos!, PPL e outras vertentes do movimento fecharam um acordão de desocupação por fora. Os estudantes criaram uma Comissão de Estudantes e decidiram pela manutenção das ocupações de algumas escolas e em seguida ocuparam a Secretaria da Fazenda, sendo brutalmente reprimido pela polícia (ESQUERDA DIÁRIO, 2016).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

No Paraná, [...] as ocupações ganharam força no estado porque estudantes substituíram a omissão de outras entidades estaduais. No estado, vários segmentos que deveriam se posicionar contrários à reforma do ensino e também à PEC 241 não o fizeram”, [...] (FREY, 2016). Em entrevista, a presidente da UBES afirmou que “Os estudantes estão organizando os movimentos de forma espontânea, porque ninguém aguenta mais tanto descaso com a educação” (PORTAL CBN, 2016).

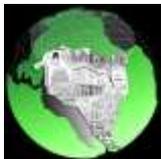
No meio da aula que estávamos ministrando no Instituto Estadual de Educação, meus colegas e eu soubemos que o grêmio estudantil e os alunos estavam articulados no movimento. É importante frisar que nós nunca havíamos sequer levantado essa questão da ocupação, tudo foi encabeçado pelos próprios estudantes. Fiquei extremamente surpresa, pois eles conseguiram criar uma rede de contatos com os grêmios de diversas escolas, professores e advogados, com a finalidade de suprir as necessidades de todos. (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 51)

O relato acima faz referência ao procedimento da ocupação em Paranaguá-PR, onde “Os Grêmios estudantis, independentes e estudantes organizados chamaram os/as demais estudantes para as assembleias estudantis e deliberaram – conjuntamente – pela ocupação, pela manutenção e, posteriormente, pela desocupação das suas escolas.” (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 9)

Em cada escola estabeleceu uma dinâmica política própria. De acordo com os estudos realizados por Prates, Ruggi, Silva e Machado (2017, p. 51) os/as estudantes experimentaram o sentido da horizontalidade na organização das tarefas, na definição das atividades e na formação de comitês. Apesar do que “Muitos dizem que os jovens não gostam de regras, nas ocupações o sistema de regras era rígido. Em sua autogestão, os alunos se dividiam em grupos e horários para realizar todas as atividades: da limpeza até as pessoas que falariam com a imprensa.”

Como indicam os registros fotográficos nas redes sociais, o protagonismo das mulheres foi uma característica das ocupações, é como se os estudantes irrompessem, ao mesmo tempo, o modelo gerencial e o modelo patriarcal de relações sociais, inaugurando processos de respeito à diversidade. Além do aspecto da liderança, as aulas públicas e debates sobre relações de gênero, racismo e homofobia foram um elemento em comum durante o período.

A resistência dos estudantes trouxe à tona temas relacionados às escolas públicas no estado, mas a pauta estudantil foi sendo ampliada na medida em que denunciavam à falta de relações democráticas na escola, a precariedade das instituições de ensino, à falta de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

professores. E a negação das instituições estudantis representativas. A construção de relações sem o rigor heteronormativo é uma evidência dessa ampliação (OLIVEIRA, 2016).

Os velhos estereótipos e o discurso de habilidades e aptidões particulares de cada gênero “aos meninos, o cérebro, a inteligência, a força, a segurança; às meninas, o coração, a sensibilidade, a limpeza, a cozinha” foram apagados, como se apaga um quadro de giz. Neste quadro, o giz escrevia a única divisão tolerável nas ‘ocupas’: as comissões. Na limpeza, na segurança, na comunicação, na alimentação meninas e meninos compartilhavam as tarefas. O machismo era resolvido ali mesmo: diálogo ou expulsão. (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 47)

De acordo com a presidenta da UBES, Camila Lages, citada por Gohn (2017, p. 102): “Os estudantes não se sentem parte da escola. Nós não somos representados e a escola não é um lugar que dá vontade de ficar”. Na compreensão dos/as estudantes as ocupações têm o caráter de apropriação do espaço físico e gestão da escola, que é dos/as alunos/as por direito. Para a presidenta “As ocupações estão promovendo aulas de cidadania e política e se articulando. É um tapa na cara de muito governo por aí.”

Apesar da diversidade de questões de cada ocupação, para Gohn (2017) a Base Nacional Comum Curricular, o debate de gênero nas escolas e a livre organização estudantil são pautas que unificam o movimento. Nas palavras de Washington Andrade, de 17 anos, estudante da Escola Andronico de Mello, na zona oeste de São Paulo “Acima de tudo, é importante vermos que nós, que somos da rede pública, sofremos muitas opressões, já que a maioria é da periferia, negro, pobre. Então já temos muitos conflitos diante do Estado. O jeito é se organizar”. (Informe Abong, 2016, p. 1 *apud* GOHN, 2017, p. 103)

Desta forma, a ocupação instaura um conflito que é mais do que um confronto de interesses, pois abre a polêmica sobre os modos como se entende ou pode se entender a Educação, as expressões da questão social no âmbito da escola e sua pertinência na configuração das políticas que afetam suas vidas. Em sendo a escola espaço público, os estudantes começam a discutir democracia e valor, o que torna a reivindicação do movimento ampla.

No Paraná, em um dos relatos de secundaristas registrado no Livro Ocupar e Resistir (2017), a estudante explica que a comunicação dos ocupas não foi feita nos canais tradicionais, mas sim a partir de uma via mais libertária, onde era possível que os estudantes tivessem espaço, para isso trabalhavam com duas linhas: “[...] a mídia livre e a mídia autônoma, ambas de caráter ativista. Na primeira, enquadram-se os canais já conhecidos como, por exemplo, Mídia Ninja; já na segunda, a nomenclatura refere-se ao conteúdo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

produzido pelas próprias ocupações e ocupantes.” Nesse enredo, uma das páginas que se destacou foi a do CWB Resiste. Ela, por já ser de um movimento regional que articula os protestos de rua na capital paranaense, acabou por suprir grande parte dessa necessidade de potencialização da voz dos estudantes ocupados. (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 79).

O uso das tecnologias foi objeto de reconhecimento público em reportagem publicada pela Folha de São Paulo e mencionada por Gohn (2017, p. 98). De acordo com a autora, Márcio França, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo afirmou que: “Temos de aprender a usar a tecnologia para se comunicar melhor”, Ele reconhece “[...] a inabilidade para tratar com os/as estudantes em situações de crise e que a repressão policial, única mediação entre estudantes e governo, não funciona”. Mas ao mesmo tempo em que a construção de uma mídia alternativa foi se constituindo, as redes sociais foram utilizadas para ameaçar as ocupações. O que explica a utilização de “balaclava” – camiseta para esconder o rosto, bastante usada pelos/as estudantes da UTFPR durante as ocupações.

Os comportamentos comunicativos produzidos pelos estudantes no nível macro interativo interatuam com o público presente, produzem efeitos midiáticos e criam espectadores, ao mesmo tempo em que se situam em um nível macro histórico. Segundo Gohn, (2017, p. 95) essa configuração organizacional de protesto é uma novidade, pois mescla a tática de ocupação das escolas com manifestações nas ruas, com performances específicas, a exemplo do “[...] *seat down*, quando os estudantes se sentam em cadeiras e carteiras escolares em cruzamento de avenidas de grande trânsito e viabilidade.

Em alguns estados a ocupação impulsionou a criação de outros movimentos sociais, como é o caso de São Paulo com o Não Fechem minha Escola (2016), que de acordo com Gohn (2017, p. 97), se notabilizou também pelas práticas de escrachos – ações relâmpagos em locais de visibilidade ou perto da residência de políticos. Outro destaque foram as *pages* criadas durante a ocupação, reveladoras da experiência autonomista dos secundaristas, a exemplo de “O Mal-Educado”, “Território livre” e “Não Fecham minha Escola”.

Enquanto na maior parte dos estados as respostas ao movimento dos secundaristas foram institucionais, no Paraná, especialmente em Curitiba, uma parcela da população se posicionou contrária ao movimento e exigiram a desocupação das escolas.

[...] no quinto dia de ocupação (22 de novembro), na qual indivíduos contrários à ocupação agrediram fisicamente aqueles que faziam a proteção diária no portão da Silva Jardim. Tal incidente foi um reflexo da permissividade da Polícia Militar (PM) em relação a esses grupos, visto que durante o ataque uma viatura estava posicionada



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

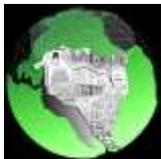
na esquina, e quando intervieram ameaçaram as pessoas feridas do cordão, falando que quem quisesse expor a situação deveria ir até a delegacia. O problema é que uma estudante foi agredida e queriam colocá-la ao lado de seu agressor na mesma viatura. A ação podia ser dada como flagrante, mas foi ignorada. Além disso, após o incidente, os agressores foram revistados e foi exposto em vídeo que portavam pregos, rojões, pedras e armas brancas. Entretanto, os mesmos foram posteriormente liberados sem nenhuma consequência. (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 97).

A permanência desses grupos na frente das escolas e as denúncias sobre ameaças a integridade física dos/das estudantes acabou por mobilizar pais e professores pela defesa das ocupações, o que não impediu agressões.

Ao longo do dia, a integridade física de quem participava da ocupação era assegurada pela cobertura dessas mídias e de pessoas que realizavam o cordão de proteção nos portões. Porém, durante o período noturno, a segurança dependia apenas daqueles presentes na ocupação. Dessa forma, devido aos constantes ataques utilizando pedras, paus, spray de pimenta, ovos, e inclusive uma bomba caseira, fez-se necessário instaurar uma situação de alerta, na qual eram realizadas rondas utilizando balaclavas, visto que a presença de drones sobrevoando a ocupação era corriqueira.

De acordo com os registros de diferentes canais de comunicação do país a iniciativa foi liderada por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), o registro de Rossi (2016) confirma a informação. “[...] Além disso, o apoio às regiões periféricas era menor, os estudantes eram alvos constantes de injúrias e difamações; ameaças eram feitas por pessoas contrárias ao movimento, que muitas vezes eram pais de alunos. (PRATES, RUGGI, SILVA E MACHADO, 2017, p. 51).

Com a morte de um estudante em uma das escolas ocupadas em Curitiba, os integrantes do movimento “Desocupa Paraná” realizaram protesto na Assembleia Legislativa do Paraná no dia 25 de outubro de 2016 Para Abdalla (2016). Para os/as estudantes, a morte do adolescente foi usada para conferir legitimidade as narrativas sobre a ilegitimidade da mobilização estudantil e para criminalizar o movimento (GARCEL E RESENDE, 2016). A partir da solicitação do Deputado Estadual Tadeu Veneri (PT), no dia 26 de outubro, estudantes que participam de ocupações das escolas do Paraná foram ouvidos. (GUIMARÃES, 2016); (SIMS, 2016). Nessa mesma data, na tentativa de articular o movimento, os secundaristas organizaram uma assembleia de estudantes do estado, no entanto, não chegaram a um consenso e decidem continuar as ocupações de modo independente. (PEPLOV, 2016). Na sequência a estudante Ana Julia Ribero, que representou os/as estudantes da ALEP, participou de Audiência Pública sobre Educação e Direitos Humanos no Senado no dia 31 de outubro de 2016 (GÓIS, 2016).



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Para Gohn (2017) os protestos dos estudantes tiveram reação mais ampla, extrapolaram o movimento estudantil e contaram com a participação de professores das redes pública e privada, além de intelectuais da academia. A Associação dos Juízes para a Democracia (AJD), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgaram nota de apoio aos secundaristas e demonstraram preocupação com a forma como as ocupações estão sendo tratadas no país. Esse novo ciclo de lutas dos estudantes pela educação indica que a juventude quer participar, conhece as condições que vivem nas escolas e de que têm direitos.

O ensino médio é considerado por vários analistas e índices estatísticos como o pior setor ou “gargalo” do sistema educacional básico, por ser a etapa de ensino que concentra mais reprovações e abandono de estudantes. Alguma coisa deveria ser feita mas ocorreu grande atropelo, promulgando-se projetos não discutidos com os profissionais da área, ignorando-se conquistas que se obtiveram ao longo dos anos 10 deste século com a introdução do ensino das artes, sociologia e da filosofia na estrutura curricular das escolas. Os estudantes mobilizados argumentaram que a reforma deveria ser debatida amplamente antes de ser implementada por Medida Provisória. Algumas modificações foram feitas na proposta original, como a manutenção de artes, sociologia e filosofia, de forma fragmentada. A reforma foi concluída e aprovada em fevereiro de 2017.

Na análise de Maria da Gloria Gohn (2017), os estudantes, a partir dos protestos e das ocupações das escolas tornaram pública inúmeras mazelas que são indícios da baixa qualidade da educação pública no país para o ensino básico. Para ela, a ocupação das escolas se configura em um movimento de inclusão e ampliação, que é uma marca dos movimentos libertadores. Uma ação coletiva que afirma o princípio republicano da educação – a educação é pública; e o princípio democrático da educação – a educação é um direito.

A ação dos estudantes e professores foi tão significativa porque eles disseram: “O espaço da escola é nosso. Somos nós, alunos e professores, que somos a escola”. Então, foi a “integração de posse” das escolas pelos alunos e professores. É gigantesco o fato de alguém no Brasil pensar que algo público é nosso! É diferente das ocupações de reitorias, em que os estudantes dizem: “Nós somos contra isso que o reitor fez...” Agora, os estudantes disseram: “Esse lugar, essa instituição é pública; ela é nossa e não vamos sair daqui”. Eles se posicionaram contra algo típico do neoliberalismo – posto em prática, sob certos aspectos, no decorrer da Ditadura e, depois, explicitamente nos governos Fernando Henrique Cardoso: a ideia de que um direito social e político é aquilo que pode ser transformado em serviço e comprado no mercado. (MODELLI E SAVIAN, 2016).

A jornada de Brasília em 29 de Novembro fecha simbolicamente o ciclo das ocupações iniciado em 3 de Outubro de 2016. Data da votação da PEC 55 no Senado Federal, que mobilizou, conforme dados dos estudantes, 50 mil pessoas, mas o ato foi cercado pela Polícia



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Militar, com a Cavalaria e a Força Tática, e impedido de sair da concentração, em frente ao Museu da República. O carro de som, que havia sido autorizado pelo Governo do Distrito Federal, não teve acesso autorizado à área.

O conflito se intensificou quando um grupo de manifestantes virou um carro de reportagem estacionado próximo à rampa do Congresso. A polícia reagiu disparando bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Houve confronto e os policiais dispersaram parte dos manifestantes, que saíram correndo no gramado em frente ao Congresso. Um grupo de deputados da Comissão de Direitos Humanos dirigiu-se ao local para tentar intermediar a negociação, mas não obteve sucesso. Um forte aparato policial conseguiu afastar a maioria dos manifestantes, que seguiram rumo à Catedral e foram "empurrados" pela PM em direção à Rodoviária de Brasília. (TOKARNIA E LOURENÇO, 2016).

O não reconhecimento da legitimidade da mobilização estudantil veio sobretudo do Estado, que a partir do conflito adotou estratégias de criminalização do movimento, antes, durante e após a desocupação. Esse posicionamento mescla duas faces do "autoritarismo irrestrito". A primeira se caracteriza pelas proposições de medidas discricionárias que atacam a Educação Pública por autoridades que deveriam, por função de ofício, defender, já que, tanto a Reorganização das Escolas, quanto a proposta de Reforma do Ensino Médio retomam um modelo educacional bastante criticado pelos estudiosos da área e o faz de forma arbitrária, sem o necessário debate com os sujeitos direta e indiretamente interessados/afetados. A segunda face desse autoritarismo deriva da forma e do conteúdo do comportamento estatal diante do conflito instaurado, pois quando os sujeitos instam o poder público a ouvi-los, agentes públicos mobilizam a estrutura estatal para controlar o movimento, a partir da violência. Embora as medidas mais comuns tenham sido as de Mandados de Reintegração de Posse e Interdito Proibitório, nos estados analisados até a submissão desse artigo, a atuação do estado do Ceará, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins contém fortes evidências de um Estado de exceção.

O isolamento físico e privação de sono estão entre técnicas de tortura autorizadas pela agência de inteligência (CIA) para combater o terrorismo após setembro de 2011. Como explica o colunista e Procurador do Estado, Márcio Sotelo Felipe – *"uso de sons para infligir sofrimento a uma pessoa, privando-a do sono, é conhecida e antiga técnica de tortura"*.

Mesmo sendo uma forma de tortura, no Distrito Federal, o Juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF-TO autorizou o uso de técnicas de tortura contra estudantes. O Portal CTB publicou teor da decisão onde o juiz escreve: "Autorizo expressamente que a Polícia Militar utilize meio de



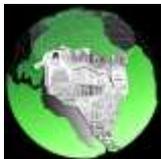
**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água; energia e gás (...) [sic] restrinja o acesso de terceiro, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes", determina. Além disso, na decisão o juiz permite a utilização de "instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono".

No Paraná, em 27 de outubro de 2016, a Justiça Estadual determinou a reintegração de posse de 25 colégios estaduais. Na decisão a juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública, atende o pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE). No documento, a PGE classifica os estudantes como "invasores" e diz que "eles confundem o exercício do direito de reunião e livre manifestação com atitude reprovável de impedir outros discentes de ingressarem nos colégios para efetivação do direito social à educação." (CASTILHO, 2016). Em Londrina, segundo a matéria produzida pelo Justificando, o promotor de Justiça, Marcelo Briso Machado, que atua na Vara da Infância e Juventude, afirmou na Câmara, em uma audiência pública que as ocupações escolares são "invasões" e semelhantes a "biqueiras" de droga. Além disso, devido às ações movidas pelo ex-governador do Paraná, segundo Oliveira (2016) os/as estudantes estão sendo notificados de sentenças para pagamento de valores que vão de R\$ 700 a R\$ 30 mil reais ou ainda de execução de trabalhos voluntários.

Em Santa Catarina, na cidade de Chapeco, a Polícia Militar entrou na ocupação da escola Irene Stonoga com fuzis em punho, acompanhada da direção da escola que manteve os/as estudantes presos entre as grades do corredor até que a polícia chegasse (MELLO, 2016). No Ceará, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará instaurou cerca de 25 queixas-crime na Delegacia da Criança e do Adolescente contra 320 estudantes após a ocupação. Em São Paulo, segundo afirma Liliane Almeida do GGN, a Polícia Militar é acusada de carregar uma lista com fotos e nomes de secundaristas e apoiadores do movimento. Ao ser abordado, o jovem é obrigado a reconhecer os colegas apresentados nas imagens. "Quem não consegue, é espancado", afirma Milena (2016). Na reportagem ela relata o caso do estudante de Paraisópolis, que foi abordado na estação da CPTM e levado até uma sala com dois policiais, sem identificação, que o interrogaram apresentando fotos de outros estudantes para que fossem reconhecidos informado nomes e endereços. O adolescente de 16 anos se recusou a passar informações, foi brutalmente espancado até perder a consciência.

Em Tocantins, na cidade Miracema, conforme registra a página do G1 TOCANTINS (2016), durante a desocupação do Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, a Polícia Militar algemou dois estudantes e levou 26 para a delegacia da cidade. A



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

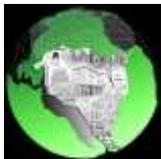
desocupação aconteceu depois que [...] o promotor de Justiça Vilmar Ferreira de Oliveira, foi aos portões da escola ameaçar e determinar a prisão dos secundaristas. Os estudantes não só foram presos como também foram algemados, como ficou explícito em fotos que circularam nacionalmente. (JUSTIFICANDO, 2016).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a repressão aos movimentos sociais não é fenômeno recente, pelo contrário, o *modus operandi* do Estado brasileiro é marcado pela criminalização das lutas sociais e pela (re)produção de estigmas sobre a liberdade de associação e manifestação. Essa prática deriva do caráter autoritário, patrimonialista e privado da “modernização à brasileira”, constituídos a partir do compadrio, do clientelismo, do nepotismo e da ideia que os segmentos populares não participam de mudanças estruturais. Além disso, a violência permeia as relações sociais brasileiras, o que alimenta a hierarquização e atravessa práticas democráticas que assegurem transformações estruturais. É sob esse legado que muitas reações populares foram/são tratadas como caso de polícia. Em virtude do desconhecimento e desinteresse que há sobre a realidade dos movimentos e dos setores sociais, o “discurso competente” que associa as lutas sociais ao que é pejorativo reforçam esse estigma.

Para Butler (2018), os corpos dos/as estudantes em assembleia tornam pública a disputa pela construção democrática, uma vez que é no interior do conflito que se criam as bases da democracia. Nesse sentido, a ocupação se constitui uma forma plural de atuação e de resistência que, de forma corporizada, coloca em questão as noções hegemônicas da política. O caráter corpóreo desse questionamento opera por meio do protesto e da condição precária que esses corpos estão submetidos. Entendemos se tratar do exercício de direito plural e performativo de aparecer, que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa. Ao fazer isso, transmite uma exigência corpórea por uma plataforma suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária.

O que verificamos até a data de submissão desse trabalho, a partir da análise parcial dos dados, é que o sistema político brasileiro se utiliza de formas e conteúdos semelhantes na relação com a sociedade civil, sobretudo com movimentos sociais. Sua atuação revela estruturas enraizadas de hierarquização e de sedução pela autoridade. É como se no Brasil, determinados corpos em aliança fossem um espectro das populações consideradas descartáveis. Essa racionalidade instrumental, que é própria do mercado, se instaura no



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Estado e em setores da sociedade, de modo que os poderes sincronizam uma forma e um conteúdo único diante do conflito. Assim, movimentos conversadores, como o MBL acabam formando uma espécie de justiça paralela, que atuam, contraditoriamente e ao mesmo tempo, fora da lei e amparados por ela. Na nossa acepção, essa forma de atuação corresponde a "vingança privada", que é um comportamento que não pode ser adotado pelo Estado – por isso são fora da lei, mas ue acabam sendo amparados pelos poderes, já que a não há registros sobre procedimentos instaurados que vinculem seus membros mesmo diante das violências cometidas contra os/as estudantes durante as ocupações.

“Não se trata, porém, de considerar os brasileiros como individualmente violentos. Trata-se de esclarecer as estruturas históricas que produzem uma vida social em que o espaço público e republicano é minguado, transferindo-se ao Estado o papel de sujeito da cidadania e reproduzindo-se, no cotidiano, relações de poder” (MODELLI E SAVIAN, 2016, S/P). A noção de crise está identificada por essa classe com a ideia de desordem e perigo. [...] diante da desordem e do perigo, o que é que se pede? Repressão. Cada vez que há uma luta por direitos contra privilégios, essa luta é vista como violenta e precisa ser reprimida. Há, portanto, uma inversão ideológica fantástica no Brasil: a violência é vista como ordem.

Ao que parece, a relação entre poder político e movimentos sociais vem sendo acompanhada pela pretensa ampliação do poder do Estado e da suspensão de prerrogativas fundamentais, que se sustenta a partir do crescimento no grau de articulação institucional no âmbito do Estado, fenômeno que se aprofunda com o golpe parlamentar, a ascensão da direita e a instauração do projeto neoliberal. Veja-se, é exatamente na transição (ou pelo menos na tentativa de) do invisível para o visível que esse corpos que antes não importavam, corpos que não pesavam (BUTLER, 2002), passam a incomodar o sistema. O que Appadurai chamou de “medo do pequeno número” (2009) parece encontrar também aqui todo o seu sentido. Talvez um movimento em sua fase embrionária não contenha força suficiente para muitas coisas, mas contém o risco suficiente de ser algo, e por isso deve ser combatido. O Direito enquanto tecnologia de governo é instado a agir, a exercer a sua ‘violência mítica’, criar óbices suficientes para que a assembléia não tome forma suficiente a ponto dos corpos importatem, especialmente porque resistência, revolta e revolução são carregadas de ‘violência divina’ que, segundo Benjamin (2011), são os caminhos para desinstalar o poder existente e instaurar um novo. Assim, os *outsiders* poderiam florescer e tornarem-se estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2002). O caráter corpóreo desse questionamento opera por meio do protesto e da condição precária que esses corpos estão submetidos.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

4 REFERÊNCIAS

ABDALLA, S. Morte torna evidente omissão no impasse das escolas ocupadas no Paraná. **Gazeta do Povo**. 25 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/morte-torna-evidente-omissao-no-impasse-das-escolas-ocupadas-no-parana-1gatb157mnge335u2ca84p09e/>>. Acesso em 05/03/2019.

ALESSI, G. Secundaristas no Paraná ocupam 300 escolas e poem governador sob pressão. **El País**. São Paulo, 18 de out. de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html>. Acesso em 10/03.2019.

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: ensaios sobre a geografia da raiva. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ASSAD, G. PM reprime protesto de professores em Curitiba e mais de 200 se ferem. **El País**. Curitiba, 29 de abr. de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html>. Acesso em 02/04/2019.

BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem**. Tradução Susana Kampff Lages e Ernane Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Corpos em Aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARTA CAPITAL. A reorganização escolar em São Paulo acabou?. São Paulo, 28 de jun. de 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-reorganizacao-escolar-em-sao-paulo-acabou/>> Acesso em 13/03/2019.

CASTILHO, C. Por dentro da ocupação da maior escola pública do Paraná. **Vice Brasil**. 31 de out. de 2016. Disponível em: < https://www.vice.com/pt_br/article/53mepb/ocupacao-cep-curitiba-parana-2016> Acesso em 20/01/2019.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro; Revisão de Fererico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESQUERDA DIÁRIO. Escolas ocupadas rechaçam proposta de Sartori e mantêm ocupação. 15 de jun. De 2016. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Escolas-ocupadas-rechacam-proposta-de-Sartori-e-mantem-ocupacao>>. Acesso em 02/04/2019.

FREY, J. G. Entenda por que o Paraná virou o epicentro das ocupações de escolas. Especialistas apontam os ingredientes que colaboraram para o crescimento do movimento no estado. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 04 de nov. de 2016. Disponível em:



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/entenda-por-que-o-parana-virou-o-epicentro-das-ocupacoes-de-escolas-a4txqg84gr41a8dt5xt4050gg/>>. Acesso em 02/04/2018.

GARCEL, F.; RESENDE, N. Estudantes repudiam uso de assassinato em ocupação para criminalizar movimento. **Paraná Portal, Uol**. 25 de out. de 2016. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/estudantes-repudiam-uso-de-assassinato-em-ocupacao-para-criminalizar-movimento/>>. Acesso em 10/02/2019.

GARCIA, E. L; KADANUS, K. Professores aprovam greve geral a partir de segunda-feira; governo descontará dias parados. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 12 de jan. de 2016. Vida e Cidadania. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/professores-aprovam-greve-geral-a-partir-de-segunda-feira-governo-descontara-dias-parados-9a38i8j9d5ffy7dqca4v6op4k/>>. Acesso em 02/04/2018.

GAZETA DO POVO. Tudo sobre a greve e a ocupação nas escolas do Paraná. Curitiba, 27 de out. de 2016. Caderno Educação. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/tudo-sobre-a-greve-e-a-ocupacao-nas-escolas-do-parana-b6t39taw4sm8yw0yq4l8q379u/>>. Acesso em 06/03/2019.

_____. Batalha do Centro Cívico. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/topicos/assuntos/batalha-do-centro-civico/>>. Acesso em 15/02/2019.

GÓIS, F. Símbolo da ocupação de escolas, Ana Julia vai ao Senado criticar a gestão do ensino público. **Congresso em Foco**. 31 de out. de 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/video-depois-de-ganhar-as-redes-estudante-ana-julia-vai-ao-senado-criticar-reformas/>> Acesso em 03/12/2018.

GUIMARÃES, K. Estudantes participam da sessão da Assembleia Legislativa e defendem ocupação das escolas. **ALEP**. Curitiba. 26 de out. de 2016. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/estudantes-repudiam-uso-de-assassinato-em-ocupacao-para-criminalizar-movimento/>>. Acesso em 02/04/2019.

G1 TOCANTINS. Vídeo mostra momento em que PMs imobilizam aluno e desocupam escola. 28 de out. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/video-mostra-momento-em-que-pms-imobilizam-aluno-e-desocupam-escola.html>> Acesso em 08/02/2019.

JUSTIFICANDO. Juiz autoriza tortura para desocupação de colégio no Distrito Federal. 01 de nov. De 2016. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/11/01/juiz-autoriza-tortura-para-desocupacao-de-colegio-no-distrito-federal/>> Acesso em 02/04/2019.

MODELLI, L; SAVIAN, J. Marilena Chauí: violência e autoritarismos por todos os lados. **Revista Cult**. 5 de fev. De 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marilena-chauvi-violencia-e-autoritarismo/> Acesso em 02/12/2018.

OLIVEIRA, R. A. Minas, monas e mascarados: a lição de resistência dos secundaristas do Paraná. **Agência Pública**. 5 de nov. de 2016. Disponível em:



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

<<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/11/minas-monas-e-mascarados-a-licao-de-resistencia-dos-secundaristas-do-parana/>>. Acesso em 02/0/2019.

PEPLOV, D. Estudantes mantêm ocupação nas escolas, mas dizem que cada unidade é independente. **Tribuna**. 26 de out. de 2016. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/em-assembleia-alunos-decidem-manter-ocupacao-em-escolas/>>. Acesso em: 10/12/2018.

PORTAL CBN. Estudantes ocupam quase 800 escolas e greve dos educadores estaduais crescer no Paraná. 19 de out. de 2016. Disponível em: <<http://www.portalctb.org.br/site/estaduais/sul/parana/estudantes-ocupam-quase-800-escolas-e-greve-dos-educadores-estaduais-cresce-no-parana>>. Acesso em 02/04/2019.

PORTAL CTB. Juiz do Distrito Federal autoriza tortura contra estudantes que ocupaam escola. São Paulo, 01 de nov. De 2016. Disponível em: <<http://www.ctb.org.br/site/estaduais/centro-oeste/distrito-federal/juiz-do-distrito-federal-autoriza-tortura-contra-estudantes-que-ocupam-escola>>. Acesso em 01/02/2019.

ROSSI, M. MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná. **El País**. Curitiba. 31 de out. De 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html>. Acesso em 02/04/2019.

RUY, M. A. Movimento Ocupa Paraná. **Portal CTB**. São Paulo, sem data. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/component/tags/tag/2364-movimento-ocupa-parana>>. Acesso em 02/04/2019.

SIMS, S. Brazil's Youth See Their Future, And Her Name Is Ana Júlia. **Forbes**. 27 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/shannonsims/2016/10/27/brazil-youth-see-their-future-and-her-name-is-ana-julia/#5484966746a4>>. Acesso em 02/04/2019.

TOKARNIA, M.; LOURENÇO, I. PM dispersa manifestação contra PEC do Teto em frente ao Congresso. **Agência Brasil**. 29 de nov. de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/com-bombas-de-gas-lacrimogeneo-pm-dispersa-manifestacao-contra-pec-do-teto>>. Acesso em 20/02/2019.

OLIVEIRA, C. de. Tribunal do Paraná condena estudantes que ocuparam escolas em 2016. **Rede Brasil Atual**, 29 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/08/governo-do-parana-condena-estudantes-que-ocuparam-escolas-em-2016>> Acesso em 02/04/2019.

MELLO, J. Estudantes são intimidados por PMs armados em escola catarinense. **GGN**, 28 de out. de 2016. Disponível em: < <https://jornalggm.com.br/crise/estudantes-sao-intimidados-por-pms-armados-em-escola-catarinense/>>. Acesso em 05/02/2019.

MILENA, L. Secundaristas são perseguidos e espancados por PMs em SP. **GGN**, 31 de out. de 2016. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/pec-55-pec-241/secundaristas-sao-perseguidos-e-espancados-por-pms-em-sp/>>. Acesso em 12/02/2019.